

RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2013



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

ÍNDICE

1.	ÓRGÃOS SOCIAIS.....	3
2.	ACTIVIDADE EM 2013	4
	2.1 EVOLUÇÃO DOS MERCADOS	4
	2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	6
	2.3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	10
	2.4 NOTAS FINAIS	11
	2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	12
3.	ANEXOS	13
	ANEXO I - DECLARAÇÃO DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO	13
	ANEXO II - POSIÇÃO ACCIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.....	15
	ANEXO III - PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	15
	ANEXO IV- DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS E DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA.....	15

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

João Manuel Pereira de Lima Freitas e Costa	Presidente
Ana Leonor do Carmo Carlos Monteiro	Secretário

Conselho de Administração

Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho	Presidente
Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho	Vogal
Carla Andreia Duarte Silva	Vogal

Fiscal Único

Efectivo:

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA, com sede na Av. da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C, 1250 - 143 Lisboa, inscrita na OROC sob o nº 23 e na CMVM sob o nº 329, representada por Dr. Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266, com domicílio na Av. da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C, 1250 - 143 Lisboa;

Suplente:

Dr. CARLOS ALBERTO DOMINGUES FERRAZ, ROC nº 362, com domicílio na Av. da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C, 1250 - 143 Lisboa;

2. ACTIVIDADE EM 2013

2.1. O CICLO DOS MERCADOS

2013 mostrou uma preferência pelos mercados desenvolvidos face aos mercados emergentes e pelo segmento das acções face às restantes classes de activos

O ano de 2013 mostrou significativas divergências no que se refere às taxas de retorno registadas pelas principais classes de activos de risco.

O ano foi particularmente favorável aos mercados de acções dos países desenvolvidos, num contexto de baixas taxas de juro e políticas monetárias expansionistas por parte dos principais bancos centrais.

Os activos financeiros dos países em vias de desenvolvimento (acções e obrigações) terminaram, salvo algumas excepções, o ano de 2013 com taxas de retorno negativas, reflexo das preocupações dos investidores relativamente aos desequilíbrios internos que estes países continuaram a apresentar.

Na Europa, 2013 revelou-se um ano bastante favorável para os mercados periféricos (acções e obrigações), com o sentimento positivo dos investidores a ser reforçado no 2º semestre do ano perante sinais de recuperação económica nestes mesmos países. A diferença entre as taxas de juro da dívida soberana de Espanha, Itália e Portugal face à Alemanha continuou a baixar, traduzindo a exigência de um menor prémio de risco pelos investidores para ter exposição aos activos financeiros destes países, num enquadramento de procura de instrumentos financeiros com taxas de juro mais elevadas.

Na área do crédito, a performance revelou-se mais modesta quando comparada com o segmento das acções e concentrada nas áreas de maior risco (*High Yield* e obrigações subordinadas do sector bancário), não só reflectindo os já baixos níveis de *spreads*, mas também os receios dos investidores relativamente a um eventual novo ciclo de aumento do endividamento por parte do sector empresarial, aproveitando as actuais baixas taxas de juro de financiamento.

Uma última referência para a área das matérias-primas. O ano originou retornos negativos para a generalidade das matérias-primas, apesar das expectativas existentes relativamente a uma aceleração do crescimento económico para a economia global em 2014. Esta evolução desfavorável reflectiu as preocupações com a evolução das economias de diversos países em vias de desenvolvimento, sinais de maior produção / oferta ao nível de diversas matérias-primas e a expectativa quanto ao início da redução nos montantes de compras mensais de obrigações por parte da Reserva Federal (que acabou por ser anunciado no mês de Dezembro), tendo esta última acarretado implicações particularmente negativas para a cotação do Ouro (-28,3% em 2013).

O ritmo de expansão da economia global fortaleceu-se no 2º Semestre de 2013

Sinais de aceleração no ritmo de crescimento da economia global foram observados no 2º semestre de 2013, reflectindo principalmente as melhorias observadas nos países desenvolvidos.

Na Zona Euro, e beneficiando de taxas de juro por parte do Banco Central Europeu a níveis historicamente baixos (aliás, o ano ficou marcado por duas novas reduções na sua principal taxa de juro de referência para 0,25%), a economia abandonou a recessão observada desde o final de 2011 e apresentou taxas de crescimento, ainda que modestas, nos 3 últimos trimestres de 2013. A recuperação económica revelou-se abrangente, ou seja, visível, não só os países usualmente designados de “core”, mas também na periferia.

Em Portugal, o 2º semestre de 2013 mostrou sinais de significativa recuperação económica, com destaque para a estabilização observada ao nível da procura doméstica. Os três últimos trimestres de 2013 foram de crescimento positivo, tendo Portugal terminado o 4º trimestre já com uma taxa de variação anual positiva para a evolução do PIB em termos reais (+1,6%). Ainda de forma mais surpreendente, o mercado de trabalho em Portugal também forneceu sinais de recuperação, tendo a taxa de desemprego do 4º trimestre de 2013 atingido os 15,3%, cerca de 2,4 pontos percentuais abaixo do máximo registado no 1º trimestre do mesmo ano (e que também representou um novo máximo histórico).

A execução orçamental referente a 2013 também superou as expectativas em Portugal, o que adicionado dos sinais de recuperação económica observados, da forte descida das taxas de juro em mercado secundário e da capacidade demonstrada pelo país para voltar ao mercado primário, reduziu de forma significativa a probabilidade de o governo Português necessitar de ajuda adicional no final do programa de assistência financeira em meados de 2014.

Aliás, no domínio dos mercados de dívida soberana, 2013 ficou marcado pela decisão da Irlanda de prescindir de qualquer apoio adicional após terminado o seu plano de assistência financeira, compreensível se observarmos o baixo valor que as taxas de juro a 10 anos do país apresentavam no final de 2013 (3,517% vs. 4,151% para a Espanha e 4,125% para a Itália) e a substancial reserva de liquidez conseguida pelo governo Irlandês.

Problemas nos mercados em vias de desenvolvimento permanecem um dos principais riscos à evolução da economia global

2013 ficou caracterizado por um acentuar dos receios relativamente aos mercados em vias de desenvolvimento.

O enquadramento de excesso de liquidez criado pelas baixas taxas de juro nos países desenvolvidos e pela adopção de políticas monetárias não convencionais pela Reserva Federal dos EUA, Banco de Inglaterra e Banco do Japão sustentaram processos de expansão no crédito concedido nestes países que agora estão a abrandar. As principais consequências deste período de fortes entradas de capitais foram uma deterioração das Balanças de Transacções Correntes e dos saldos orçamentais. Alguns países foram mais rápidos a responder (Índia, Brasil). Outros parecem necessitar de acções adicionais (África do Sul, Turquia), uma vez que os bancos centrais apenas mais recentemente começaram a agir. Em ambos os casos, reformas estruturais adicionais continuam a ser necessárias, nem sempre facilitadas pelos actos eleitorais previstos para 2014.

Este período de maior incerteza em torno dos países em vias de desenvolvimento trouxe novamente as memórias da crise que marcou o final dos anos 90. Contudo, a maior parte destes países apresenta agora regimes de taxas de câmbio variáveis (o que contrasta com a situação que na altura era observada), o que facilita o processo de ajuste dos desequilíbrios macroeconómicos que estes países apresentam. As moedas de Brasil, África do Sul, Indonésia e Índia apresentaram já significativos períodos de desvalorização desde meados de 2011.

Apesar da fraca performance que os activos financeiros desta área já apresentaram, os investidores permanecem preocupados relativamente ao impacto que as políticas adoptadas terão ao nível do crescimento económico dos países em vias de desenvolvimento. Um ritmo de crescimento mais fraco nesta área continua, aliás, a ser visto como um dos principais riscos para o enquadramento económico mais positivo que é esperado para 2014 (e citado por instituições internacionais como a OCDE ou o FMI), fruto de uma Zona Euro já fora de terreno recessivo e da esperada aceleração no ritmo de expansão da economia dos EUA (devido a uma política monetária menos restritiva).

Por fim, apesar de a China ter conseguido em 2013 manter um ritmo de crescimento relativamente estável face ao ano anterior (7,7%), o país permanece um tema de discussão entre economistas e investidores, relativamente à capacidade de as autoridades locais conseguirem evitar um mais forte abrandamento económico, perante esforços empreendidos para limitar o excesso de liquidez e a concessão de crédito de modo a travar o desenvolvimento de actividades especulativas.

As políticas monetárias dos bancos centrais dos países desenvolvidos permanecem em território expansionista, o que continua a representar um suporte para os activos de risco

As taxas de juro do Banco Central Europeu, Banco de Inglaterra, Banco do Japão e Reserva Federal dos EUA permanecem em valores historicamente baixos.

Nos EUA, apesar de o Comité de Política Monetária ter já avançado com a redução no ritmo de compras mensais de obrigações, o Balanço da Reserva Federal deverá continuar a crescer em 2014, o que sinaliza a manutenção de uma política monetária expansionista por parte do banco central dos EUA ainda durante o ano de 2014.

Mesmo reconhecendo os sinais de recuperação económica observados no 2º semestre de 2013, a mensagem transmitida por estas autoridades monetárias é ainda de contenção no esforço de normalização das respectivas políticas monetárias, até pela ausência de pressões inflacionista.

No Japão, e apesar dos últimos 4 trimestres terem sido de crescimento económico, o mais fraco ritmo de expansão observado na segunda metade do ano passado e o aumento da taxa do IVA no início de Abril de 2014 criam inclusivamente a expectativa de novas acções por parte do Banco do Japão.

Um contexto de políticas monetárias expansionistas e expectativas de aceleração no ritmo de crescimento em 2014 continua a criar um suporte favorável para os principais activos de risco neste início de 2014.

2.2. PRINCIPAIS CONTACTOS

2.2.1. - A Actividade da FINCOR

No exercício de 2013, a FINCOR, consolidou a sua posição como o maior operador de bolsa independente em Portugal e um dos principais do mercado em Portugal. A Fincor opera nos principais mercados mundiais e nas principais classes de activos, sendo membro da NYSE Euronext (Lisboa, Amsterdão, Bruxelas e Paris). Fruto do trabalho realizado junto de investidores institucionais nacionais e internacionais ao longo dos últimos anos a FINCOR tem mantido um crescimento sustentável da sua

actividade o que lhe tem permitido crescer consecutivamente ao longo dos anos quer em valor absoluto quer em quota de mercado.

O mercado de intermediação financeira sobre valores mobiliários em Portugal voltou a crescer em 2013 (+11.8%) embora um crescimento mais modesto que o verificado em 2012 (+68.1%). Tal como havia acontecido em 2012, o principal valor mobiliário que justificou este crescimento anual voltou a ser a dívida pública cujo volume de negociação cresceu 44%. O Segmento acionista apresentou um crescimento positivo, embora modesto, de 4.8%, sendo a dívida privada a única classe de activos cujo volume de negociação diminuiu em 2013, apresentando uma queda anual de 22%.

Em 2013, em valores acumulados de Janeiro a Dezembro, a FINCOR ocupou o 3.º lugar no ranking de valor de ordens recebidas em acções por intermediário financeiro, com uma quota de mercado de 11.3%, sendo destacadamente e como referido anteriormente, a maior corretora independente portuguesa. Refira-se ainda que a quota de mercado da FINCOR no segmento de acções era de 10.6% em 2012 e de apenas 5.5% em 2011, ano que para a FINCOR, já tinha sido de forte crescimento e de ganho de quota de mercado nesse segmento. A FINCOR voltou a crescer no seu volume de negócios com um crescimento superior a 11%, acima da média de mercado de 4.8%. Os resultados obtidos mostram que a FINCOR voltou a conseguir sobrepôr-se a diversas entidades corretoras integradas em grupos bancários com redes de distribuição próprias, consolidando a sua posição no topo das operadoras de acções em Portugal. Tal prova que os clientes da FINCOR se revêem na sua proposta de valor que se alicerça na isenção e independência, eficiência e qualidade de execução.

É ainda importante realçar que paralelamente ao crescimento significativo de receitas no segmento acionista, a FINCOR desenvolveu em 2013 o segmento de execução de operações em dívida cuja actividade havia iniciado em Dezembro 2012. Durante o ano de 2013, a FINCOR desenvolveu diversos esforços comerciais por forma a dinamizar a execução desta classe de activos e oferecer um serviço mais integrado aos nossos clientes, mantendo os valores que tem permitido à FINCOR destacar-se no mercado de acções, nomeadamente, a isenção e independência, eficiência e qualidade de execução.

Em 2013, em valores acumulados de Janeiro a Dezembro, a FINCOR ocupou o 4º lugar no ranking de valor de ordens recebidas em dívida por intermediário financeiro, com uma quota de mercado de 2.8%, tendo atingido no seu primeiro ano de actividade neste segmento de negócio, o lugar de maior corretora independente portuguesa., com um crescimento anual de 738%. Tal como no segmento acionista, os resultados obtidos mostram que a FINCOR voltou a conseguir sobrepôr-se a diversas entidades corretoras integradas em grupos bancários com redes de distribuição próprias, consolidando a sua posição no topo das operadoras em Portugal.

Adicionalmente à evolução da actividade, a FINCOR manteve o seu foco nas significativas alterações de fundo que permitem oferecer um serviço de maior qualidade e eficiência aos nossos clientes. Estas alterações implicaram uma mudança estrutural na actividade operacional e infra-estrutura informática da corretora. A FINCOR conseguiu efectuar todas essas mudanças estruturais sem causar turbulência ou impacto significativo na qualidade de serviço prestado ao cliente. Dentro das alterações efectuadas e que merecem destaque, encontram-se:

- consolidação da operativa com o novo banco depositário, liquidatário e de custódia. A FINCOR terminou a sua ligação ao Banco BPN/BIC em 2012, optando por seleccionar um banco Holandês com mais de 200 anos de existência, especializado nestas actividades e de *rating* elevado, que permite oferecer maior segurança e robustez aos nossos clientes. Esta alteração tornou-se fundamental com a internacionalização da actividade da corretora.

- migração da operativa de clearing, efectuada nas seguintes fases: i) Estabilização da operativa diária; ii) Redefinição das ligações entre o sistema operacional e o banco depositário; iii) Redefinição das ligações entre o sistema operacional e o sistema contabilístico; iv) Actualização dos manuais de procedimentos.

No que diz respeito ao ponto i) foi necessário criar internamente, na Sociedade Corretora, uma área de liquidações, uma vez que essa operativa era exercida diariamente pelo Banco BPN/BIC. Esta área já estava operacional no dia 26 de Novembro de 2012, data da alteração do banco depositário, não se tendo registado nenhuma ocorrência de relevo que tenha posto em causa a liquidação das operações dos nossos clientes.

A segunda fase ainda se encontra em desenvolvimento. Neste momento a FINCOR está a instruir de forma manual as operações junto do banco depositário, estando a desenvolver um sistema de comunicação, via *swift*, por forma a automatizar o envio da informação.

A terceira fase encontra-se concluída, uma vez que, já estão definidos e implementados os novos conjuntos de regras e procedimentos que permitem contabilizar automaticamente as operações no sistema contabilístico através de informação extraída do sistema operativo. De mencionar que ainda se encontra a decorrer o processo de regularização da conciliação efectuada relativamente às operações referentes ao período no qual a definição destas ligações se encontrava em curso.

Os manuais de procedimentos relativos à operativa que envolve o banco depositário estão ao ser actualizados, estimando-se a sua conclusão durante o segundo semestre de 2014.

- Mudança de ligações informáticas e acesso a dados de mercado. Neste campo especialmente sensível na actividade da FINCOR, foram alteradas as ligações que nos garantem o acesso directo e mais rápido aos dados de mercado, encontrando-se a FINCOR, neste momento, ligada directamente ao nosso fornecedor em Londres.

2.2.2 - A Estratégia da FINCOR

Em 2013, a FINCOR continuou a implementar o plano de negócios delineado após a sua aquisição pelo Grupo Patris. A estratégia definida, assim como, a execução do plano de negócios, revelaram-se bem sucedidos e com evidentes resultados para a corretora. Os clientes continuaram a reconhecer a excelência do serviço que a FINCOR procura constantemente oferecer, assente nos seguintes valores fundamentais: objectividade, independência, rigor e profissionalismo.

A FINCOR continuou a fomentar fortemente o seu esforço comercial, captando novos clientes ao longo do ano de 2013, nomeadamente, clientes institucionais que actualmente representam mais de 95% do volume de negócios. A aposta na internacionalização da actividade iniciou-se em 2012 e acentuou-se particularmente em 2013, o que permitiu alargar a base de clientes e diversificar a actividade tornando-a mais sustentada e consistente.

Para a dinamização desta actividade e concretização dos objectivos inicialmente propostos, foram tomadas diversas iniciativas relevantes por forma a facilitar o trabalho comercial e acentuar o valor acrescentado aos clientes a operar com a FINCOR. Das diversas actividades desenvolvidas, destaque para:

- Dinamização de uma área de *research* competente, independente e rigorosa. Esta área é composta por uma equipa de elementos que combinam: i) elementos com elevada experiência e conhecimento de mercados com ii) elementos mais jovens com elevado foco e vontade de aprender. Deste modo, acreditamos que esta área acrescenta valor aos nossos clientes prestando um serviço profissional e focado na geração de ideias independente.

- Renegociação regular de custos que permitem praticar preços competitivos que vão ao encontro das necessidades dos clientes e que facilitem o trabalho comercial desenvolvido;

- Alargamento de classes de activos em que a FINCOR opera regularmente, nomeadamente, através do esforço desenvolvido no lançamento e dinamização da execução de operações na actividade de dívida.

A consolidação do modelo de negócios da FINCOR como corretora independente deverá agora passar pela manutenção da posição atingida no mercado de acções e incremento da quota de mercado na negociação de dívida, nomeadamente, de

dívida pública para clientes institucionais. Adicionalmente, a FINCOR efectuará esforços para dinamizar a sua actividade em novos canais e na negociação de outros instrumentos financeiros, nomeadamente, através do canal *online* e da negociação de CFD's para clientes particulares.

Com tal desiderato em vista, foi-se dinamizando a actividade da FINCOR através do incremento da sua actuação em áreas de negociação que, ou não existiam na empresa, ou cujas potencialidades de atracção de negócio não estavam devidamente identificadas.

Num ciclo anual é possível referenciar os marcos da execução do plano estratégico de desenvolvimento da FINCOR da seguinte forma:

- a) A dinamização da intermediação de ordens em Acções;
- b) O desenvolvimento da actividade em CFDs e em derivados;
- c) A introdução da negociação nos mercados de dívida pública e privada e
- d) O alargamento da negociação ao mercado cambial e a implementação do canal "online".

O investimento que foi feito no desenvolvimento de soluções de *front-office* e *back-office* para a negociação electrónica e liquidação de transacções de acções, procurando sempre obter os mais elevados padrões de funcionalidade e fiabilidade operacional, veio a traduzir-se em modernas e completas plataformas de negociação e controlo de risco operacional e financeiro.

Em 2014, a FINCOR irá dinamizar uma plataforma de recepção e de execução de ordens "*online*" (através da *internet*), de forma a posicionar-se para conquistar quota de mercado nesse canal e noutros instrumentos financeiros, como os CFDs.

2.2.3 - A Organização Interna da FINCOR

Todo este desenvolvimento da FINCOR foi possível num contexto de forte incremento da actividade de execução de ordens, liquidação e registo dos instrumentos financeiros dos clientes, mantendo-se elevados padrões de segurança e de protecção dos activos financeiros de terceiros.

Tal como referido anteriormente, ao nível da organização interna, a mudança mais significativa ocorreu ainda em 2012 e foi a alteração do banco de custódia e de liquidações da Corretora. O ano de 2013 serviu para consolidar processos e ultrapassar alguma perturbação transitória que, naturalmente, acompanha estas de mudança de sistemas e de processos diários, simultaneamente com crescimento acelerado de negócio, e sem que tal se tenha reflectido na deterioração da qualidade dos serviços prestados aos clientes da FINCOR.

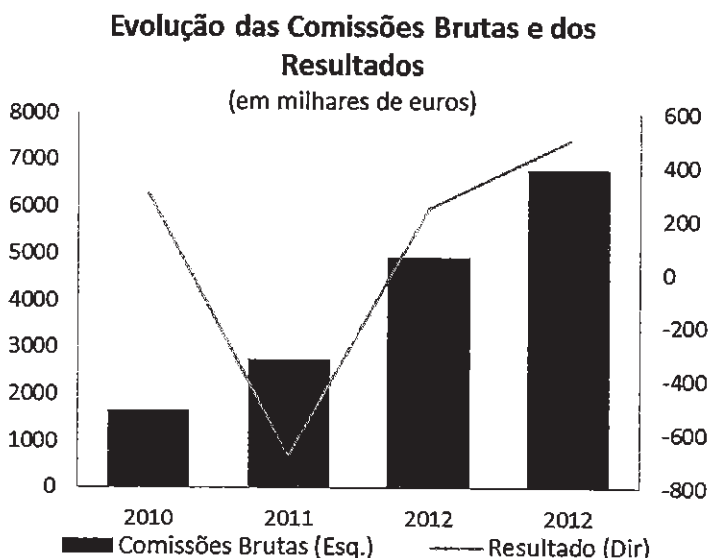
O aumento dos volumes de transacções em instrumentos financeiros intermediados pela FINCOR foi acompanhado pela adaptação da estrutura de *back-office* da empresa para lidar melhor, a diversos níveis, com a complexidade crescente do seu fluxo de operações.

Antes de mais incrementou-se a dotação quantitativa de recursos humanos adstritos a esta área da empresa para a capacitar a responder eficazmente ao forte incremento do volume de liquidações de transacções.

Para além do reforço do efectivo de pessoal, efectuou-se a revisão do normativo de procedimentos com vista a enquadrar e uniformizar a actuação das diversas áreas/núcleos de actividade da sociedade e densificar os pontos de intervenção do controlo interno, mantendo a flexibilidade para lidar com o alargamento dos serviços prestados aos clientes, ao nível dos instrumentos negociados, plataformas de actuação e entidades de custódia com quem a FINCOR trabalha.

O crescimento evidenciado na actividade traduziu-se no incremento dos proveitos da **FINCOR** para um valor de comissões brutas de 6.813 milhares de Euros e de comissões líquidas de 3.314 milhares de euros, ou seja, respectivamente, crescimentos de 38,5% e de 32,9%, relativamente ao exercício de 2012.

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE



Apesar do forte aumento da actividade que teve reflexos ao nível do investimento operacional e em recursos humanos, os principais custos da sociedade aumentaram apenas 20%, o que compara com o aumento do produto bancário que foi de 30% em 2013.

Em consequência do anteriormente exposto, os resultados antes de impostos foram positivos e atingiram os 767 mil euros, o que já representa 11% das comissões líquidas da **FINCOR** e marca a completa tendência de crescimento do retorno da corretora face aos anos transactos.

Importa também referir que a estrutura de custos da sociedade mantém um grau de flexibilidade que lhe permitiria acomodar ou reagir rapidamente a uma alteração adversa do volume de actividade, não comprometendo o patamar de sustentabilidade da actividade que já foi atingido neste exercício.

O quadro seguinte resume os indicadores mais relevantes do período 2010 a 2013:

Principais indicadores de Actividade					
	2010	2011	2012	2013	% 13/12
Comissões Brutas	1662	2747	4920	6813	38%
Encargos com comissões	746	1263	2427	3498	44%
Comissões Líquidas	916	1484	2493	3315	33%
Produto Bancario	1763	1331	2493	3235	30%
Custos com o Pessoal	360	347	702	836	19%
Gastos Gerais administrativos	933	1083	1344	1625	21%
Resultados antes de impostos	433	-839	405	767	89%
Resultado Líquido	300	-681	247	458	85%
Capital Próprio	909	223	478	936	96%

Durante o exercício de 2013 não ocorreram factos adicionais que mereçam nota de destaque para além dos referidos no relatório de gestão e nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Mais se declara que não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de acções próprias durante o exercício.

Adicionalmente se refere que nos primeiros meses de 2014 não ocorreram factos materialmente relevantes que devam ser reflectidos nestas demonstrações financeiras ou de outro modo.

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à actividade da Sociedade no decorrer do ano de 2013.

- Às entidades de supervisão – Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela disponibilidade e atenção manifestadas em todos os contactos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização – Fiscal Único da Sociedade Corretora e aos membros da Mesa da Assembleia-Geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- A todos os clientes dos Fundos e carteiras geridos pela Sociedade, pela confiança manifestada;
- Aos colaboradores da empresa, pela dedicação e empenho que foram factores decisivos para os resultados alcançados.
- Ao accionista único, a REAL VIDA SEGUROS, S.A. pelo apoio e orientação estratégica recebidos.

Lisboa, 28 de Maio 2014


Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho

Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho

Carla Andreia Duarte Silva



2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f), do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, para o resultado líquido do exercício no montante de Euros 458.093,66, propõe-se a seguinte aplicação de resultados: 10%, ou seja, Euros 45.809,37 para Reserva Legal e 90%, ou seja, Euros 412.284,29 para a conta de Resultados Transitados.

3. ANEXOS

Tendo em consideração a publicação da Lei n.º 88/2011, do Aviso n.º 10/2011, a Fincor definiu uma política de remuneração, consubstanciada nos números seguintes:

1. Um dos administradores do Conselho de Administração é remunerado. Os Colaboradores, independentemente da natureza da relação contratual com a Sociedade, poderão beneficiar, para além de remuneração fixa, de remuneração variável. Não beneficiam desta os membros da Mesa da Assembleia-Geral e o Fiscal Único.
2. A remuneração fixa dos colaboradores está definida pelos respectivos contratos de trabalho, não beneficiando, nesta data, de qualquer regime complementar de pensões nem de outros benefícios não pecuniários.
3. O montante global da remuneração variável atribuído a Colaboradores é decidido anualmente pelo Conselho de Administração, cabendo também a este órgão as decisões de alteração das parcelas de remuneração variável diferida ou de consubstanciação dessa remuneração variável em instrumentos financeiros emitidos pela Sociedade, como previsto nos pontos 6 e 8 em baixo.
4. A remuneração variável a atribuir a cada elemento terá em conta os seguintes elementos:
 - a sua avaliação de desempenho;
 - a sua contribuição efectiva para alcançar os objectivos; e
 - os resultados da Fincor e o valor acrescentado que este registou no exercício.

Compete ao Conselho de Administração, juntamente com a respectiva Hierarquia, a avaliação dos colaboradores, com base em objectivos, qualitativos e quantitativos, previamente discutidos com cada colaborador. A avaliação tem ainda em conta, entre outros critérios, a observância da Legislação e de outro normativo, o controlo de diversos riscos inerentes às respectivas funções e o relacionamento com os clientes (externos e internos).

5. Os trabalhadores que exerçam funções de controlo, nomeadamente, *compliance*, gestão de riscos e auditoria interna, são remunerados de acordo com a prossecução dos objectivos associados às suas funções e da relevância destas, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo.

6. A remuneração variável relativa ao ano "n-1" terá o seu pagamento no ano "n". Caso a remuneração variável anual exceda 14 salários brutos mensais, o seu pagamento poderá ser feito em parcelas trimestrais, semestrais ou anuais, consecutivas, a distribuir ao longo de 3 anos, cabendo ao Conselho de Administração a decisão final com base na seguinte tabela indicativa:

Remuneração Variável (em número de salários brutos mensais)	Diferimento do total da remuneração variável atribuída no ano1/ano2/ano3 (cujo pagamento pode ser trimestral, semestral ou anual, respeitando sempre os totais anuais definidos pelo Conselho de Administração)
>14	60%/20%/20%
>28	50%/25%/25%
>42	40%/30%/30%
>56 (sujeito a um máximo indicativo de 70)	33,3%/33,3%/33,3%

O pagamento da remuneração variável atribuída, terá lugar após a realização, em cada ano, da Assembleia Geral Ordinária. Face aos resultados, à performance e aos indicadores de actividade alcançados em qualquer dos dois anos subsequentes à atribuição da remuneração variável, o Conselho de Administração poderá cancelar ou reduzir o pagamento de qualquer das parcelas ainda não paga. Esse cancelamento ou redução pode ser discricionário, não tendo que abranger a totalidade dos colaboradores. Qualquer parcela atribuída mas ainda não paga cancela-se obrigatoriamente em caso de despedimento por justa causa ou por acordo, ou em caso de saída do colaborador.

7. A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração é determinada caso a caso pelo accionista, e inclui uma componente variável em função da performance individual do administrador e do valor criado para o accionista, dos resultados alcançados e do risco assumido. Esta componente variável deverá incluir, salvo excepções devidamente justificadas, acções da Fincor, que não poderão ser alienadas até ao final do mandato em curso.

8. Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no Artigo 403º do Código das Sociedades Comerciais, isto é, não excederá o montante das remunerações que presumivelmente aquele receberia até ao final do mandato. Não existe qualquer acordo entre a Fincor e os titulares dos órgãos de administração que preveja a atribuição de indemnização em caso de renúncia ou destituição de administrador.

9. A Fincor reserva-se o direito de, por deliberação do Conselho de Administração, poder consubstanciar, no todo ou em parte, a remuneração variável, em instrumentos financeiros emitidos pela Sociedade e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição, tais como acções da própria Fincor ou opções de aquisição daquelas, em termos que regulará oportunamente, se for esse o caso.

10. A política de remuneração é avaliada pelo menos uma vez por ano pelos órgãos de controlo da Fincor, nomeadamente Compliance, Gestão de Riscos e Auditoria Interna, os quais se articularão entre si para esse efeito e cujo relatório será apresentado ao Conselho de Administração. O documento de política de remuneração é apresentado à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade e, nos termos legais, é divulgada no site da Fincor, nos aspectos a que for obrigado, bem como constará no Relatório e Contas do Exercício. Ainda de Acordo com o Aviso n.º 10/2011, a declaração da Administração sobre a conformidade da política de remuneração será remetida ao Banco de Portugal, integrada no Relatório de Controlo Interno.

11. No último ano verificou-se uma total conformidade, sem excepções, das remunerações auferidas pelos colaboradores da Fincor com a política de remunerações existente.

Anexo II - Participações em Outros Órgãos de Administração e Fiscalização

Para efeitos do artigo 447º do Código das sociedades Comerciais, a posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, à data de 31 de Dezembro de 2013, era a seguinte:

- Nenhum membro dos órgãos sociais detinha acções da empresa em 31 de Dezembro de 2013 nem transaccionou acções da empresa em 2013.

Anexo III - Participações de Accionistas nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Participações de accionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

- Accionistas com pelo menos metade do capital social:

Real Vida Seguros, S.A.

Anexo IV - Documentos de Prestação das Contas e Fiscalização e Auditoria

Documentos de Prestação das Contas

1. Balanços em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
2. Demonstração de Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
3. Demonstrações das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
4. Demonstrações do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
6. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Documentos de Fiscalização e Auditoria

1. Certificação Legal das Contas
2. Parecer do Fiscal Único



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
 Rua Duque de Palmela, 37 - 3º Andar, 1250-097 Lisboa
 Contribuinte: 502905590 - Mat. Cons. Reg. Com. Lisboa: 3507
 Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas	2013			2012		Passivo e Capital Próprio	Notas	2013	2012
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	2	-	2	2	Provisões	12	-	30	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	6.243	-	6.243	2.144	Passivos por impostos correntes	10	247	43	
Activos financeiros disponíveis para venda	5	21	-	21	21	Passivos por impostos diferidos	10	-	-	
Apliações em instituições de crédito	6	16	-	16	6	Outros passivos	13	34.937	18.804	
Outros activos tangíveis	7	1.552	1.472	80	93	Total do Passivo		35.184	18.877	
Activos intangíveis	8	60	37	23	1	Capital	14	1.724	1.724	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	9	5	-	5	5	Outros instrumentos de capital	14	-	-	
Activos por impostos correntes	10	33	-	33	25	Reservas de reavaliação	15	1	1	
Activos por impostos diferidos	10	-	-	-	62	Outras reservas e resultados transitados	15	(1.246)	(1.494)	
Outros activos	11 / 12	30.472	775	29.697	16.996	Resultado do exercício	15	458	247	
TOTAL DO ACTIVO		38.405	2.284	36.120	19.355	TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL		36.120	19.355	
						Total do Capital Próprio		936	478	

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Luís Silva

Luís Silva

Ced. Andria Duarte h



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, 1250-097 Lisboa
 Contribuinte: 502905590 - Mat.Cons.Reg.Com.Lisboa: 3507
 Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2013	2012
Juros e rendimentos similares		-	-
Juros e encargos similares	17	(5)	(3)
Margem financeira		<u>(5)</u>	<u>(3)</u>
Rendimentos de serviços e comissões	18	6.813	4.920
Encargos com serviços e comissões	18	(3.498)	(2.427)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)		4	-
Resultados de reavaliação cambial (líquido)		(17)	2
Resultados de alienação de outros activos		(2)	-
Outros resultados de exploração	19	(60)	1
Produto bancário		<u>3.235</u>	<u>2.493</u>
Custos com pessoal	20	(836)	(702)
Gastos gerais administrativos	21	(1.625)	(1.344)
Amortizações do exercício	7/8	(52)	(63)
Provisões líquidas de reposições e anulações	12	45	21
Resultado antes de impostos		<u>767</u>	<u>405</u>
Impostos			
Correntes	10/22	(247)	(43)
Diferidos	10/22	(62)	(115)
Resultado líquido do exercício		<u>458</u>	<u>247</u>
Numero de acções		345.472	345.472
Resultado por acção (em Euros)		1,32673	0,71634

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Luís da Silva

Luís António Antunes

Carla Antunes Duarte

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.


Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, 1250-097 Lisboa
 Contribuinte: 502905590 - Mat.Cons.Reg.Com.Lisboa: 3507
 Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2013	2012
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimento de juros e comissões		6.813	4.921
Pagamento de juros e comissões		(3.501)	(2.430)
Pagamento a pessoal e fornecedores		(2.980)	(1.164)
(Pagamento) / Recebimento de imposto sobre o rendimento		87	(11)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional		(38)	44
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais		380	1.360
(Aumentos) / Diminuições de activos operacionais			
Activos financeiros disponíveis para venda		-	(6)
Aplicações em instituições de crédito		(10)	31
Outros activos e outras contas de regularização		3.790	252
		3.780	277
Caixa líquida das actividades operacionais		4.160	1.637
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aquisição de activos fixos tangíveis e intangíveis		(61)	(61)
Caixa líquida das actividades de investimento		(61)	(61)
Variação líquida em caixa e equivalentes		4.099	1.576
Caixa e equivalentes no início do período		2.146	570
Caixa e equivalentes no fim do período	3/4	6.245	2.146

O anexo faz parte integrante destas demonstrações







FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
 Rua Duque de Palmela, 37 - 3º Andar, 1250-087 Lisboa
 Contribuinte: 502905590 - Mat.Cons.Reg.Com.Lisboa: 3507
 Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas e resultados transferidos		Resultado líquido do exercício	Total
					Outras reservas	Resultados transferidos		
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1.724	-	(7)	200	-	(1.013)	(681)	223
Alterações no período:								
Aplicação do lucro do exercício de 2011	-	-	-	-	-	-	681	-
Transferência para reservas e resultados transferidos	-	-	8	-	-	(681)	247	255
Rendimento integral de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.724	-	1	200	-	(1.694)	247	476
Alterações no período:								
Aplicação do lucro do exercício de 2012	-	-	-	25	-	223	(247)	-
Transferência para reservas e resultados transferidos	-	-	-	-	-	-	458	458
Rendimento integral de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1.724	-	1	225	-	(1.471)	458	936

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Lourenço Silva

Luís António Pereira

Ced. Andréia Duarte Silva



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, 1250-097 Lisboa

Contribuinte: 502905590 - Mat.Cons.Reg.Com.Lisboa: 3507

Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2013	2012
Resultado líquido do exercício	458	247
Activos financeiros disponíveis para venda		
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	-	8
Rendimento integral de 2013	458	255

Louisa F. Silva

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Carla F. Pereira

Cristina Alves Duarte

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

NOTA INTRODUTÓRIA

A Fincor – Sociedade Corretora, S.A. (Fincor ou Sociedade) foi constituída por escritura pública em 3 de Novembro de 1992. A sede da sociedade situa-se na Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, em Lisboa.

A Sociedade tem por objecto o exercício das actividades legalmente consentidas às sociedades corretoras, de acordo com o disposto no Decreto – Lei n.º 229/88, de 4 de Julho, bem como o Decreto – Lei n.º 262/2001.

Aquando a sua constituição, a Sociedade estava unicamente vocacionada para o segmento de clientes institucionais, tendo alargado a sua actividade ao segmento dos particulares em 1995. No mesmo ano foi efectuado o lançamento da primeira Loja de Investidores como espaço destinado ao acompanhamento dos mercados de capitais. Existem neste momento 2 lojas em Portugal.

Em 20 de Julho de 2009, a Patris Investimentos, SGPS, S.A., adquiriu à Fincor SGPS, S.A., a totalidade do capital social (Nota 14). Actualmente a sociedade integra o Grupo Patris e desde 27 de Setembro de 2013, é detida integralmente pela Real Vida Seguros, S.A..

1. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere aos activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Em 2006, a Sociedade apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

A 31-12-2013 os câmbios das moedas em utilização pela Sociedade são como segue:

31.12.2013	
Moeda	Taxa de câmbio
Coroa Dinamarquesa	7,4593
Coroa Norueguesa	8,363
Coroa Sueca	8,8591
Dólar Canadiano	1,4671
Dólar dos Estados Unidos	1,3791
Dólar de Hong Kong	10,6933
Franco Suiço	1,2276
Iene Japonês	144,72
Libra Esterlina	0,8337
Rand da África do Sul	14,566

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

c) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

d) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos a deter até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

iii) Outros instrumentos de capital

Em Junho de 2011, foi deliberado pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral aumentar o capital da Sociedade mediante a conversão por incorporação das prestações suplementares de capital.

e) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento	3 a 10

As despesas em edifícios arrendados são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a

manutenção e reparação são reconhecidos como custo com o princípio da especialização dos exercícios.

f) Activos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica as despesas com o software adquirido, nos casos em que o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizadas.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

g) Provisões

As provisões constituídas visam fazer face a potenciais riscos futuros decorrentes da actividade da Fincor, nomeadamente riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos, de acordo com o IAS 37 (Nota 12).

h) Impostos sobre os lucros

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A principal estimativa utilizada refere-se aos Impostos. O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Caixa	2	2
	<u>2</u>	<u>2</u>

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	3.094	176
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	3.149	1.968
	<u>6.243</u>	<u>2.144</u>

Os Depósitos à ordem em instituições de crédito, apresentam o seguinte detalhe por contraparte:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Em instituições no País		
Millenium BCP	2.302	15
Banco BIC Português	795	182
Barclays	26	(38)
Banco Espírito Santo	20	10
Caixa Geral de Depósitos	7	7
Banco Invest	(56)	-
	<u>3.094</u>	<u>176</u>
Em instituições no estrangeiro		
KAS BANK	1.658	1.680
ED&F MAN	1.338	(3)
Inversis	259	-
ETX	(106)	178
Interactive Brokers	(1)	(1)
MF Global	-	114
	<u>3.149</u>	<u>1.968</u>
	<u>6.243</u>	<u>2.144</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, os Depósitos à ordem eram determinados por moeda de acordo com as seguintes percentagens:

31-12-2013	
USD	47%
EUR	39%
GBP	7%
CHF	6%
Outros	1%

A FINCOR terminou a sua ligação ao Banco BPN/BIC em 2012, optando por seleccionar um banco Holandês com mais de 200 anos de existência, especializado nas actividades de depósito, liquidação e custódia, e de *rating* elevado, que permite oferecer maior segurança e robustez aos clientes da FINCOR. Na sequência desta alteração foi desenvolvido um processo de migração da operativa de clearing dividido nas seguintes fases: i) Estabilização da operativa diária; ii) Redefinição das ligações entre o sistema operacional e o banco depositário; iii) Redefinição das ligações entre o sistema operacional e o sistema contabilístico; iv) Actualização dos manuais de procedimentos.

No que diz respeito ao ponto i) foi necessário criar internamente, na Sociedade Corretora, uma área de liquidações, uma vez que essa operativa era exercida diariamente pelo Banco BPN/BIC. Esta área já estava operacional no dia 26 de Novembro de 2012, data da alteração do banco depositário, não se tendo registado nenhuma ocorrência de relevo que tenha posto em causa a liquidação das operações dos nossos clientes.

A segunda fase ainda se encontra em desenvolvimento. Neste momento a FINCOR está a instruir de forma manual as operações junto do banco depositário, estando a desenvolver um sistema de comunicação, via *swift*, por forma a automatizar o envio da informação.

A terceira fase encontra-se concluída, uma vez que, já estão definidos e implementados os novos conjuntos de regras e procedimentos que permitem contabilizar automaticamente as operações no sistema contabilístico através de informação extraída do sistema operativo. De mencionar que ainda se encontra a decorrer o processo de regularização da conciliação efectuada relativamente às operações referentes ao período no qual a definição destas ligações se encontrava em curso.

Os manuais de procedimentos relativos à operativa que envolve o banco depositário estão ao ser actualizados, estimando-se a sua conclusão durante o segundo semestre de 2014.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	Taxa de juro	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
Instrumento de dívida					
Emitidos por residentes					
OT - 15/10/2015	3,35%	21	-	-	21
		21	-	-	21

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Taxa de juro	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
Instrumento de dívida					
Emitidos por residentes					
OT - 15/10/2015	3,35%	21	-	-	21
		21	-	-	21

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO:

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	16	6
	16	6

7. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2013							31-12-2012	
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Aquisições	Abates	Amortizações do exercício	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos tangíveis									
Imóveis									
Despesas em edifícios arrendados	172	(170)	2	-	-	-	172	(170)	2
	172	(170)	2	-	-	-	172	(170)	2
Equipamento									
Mobiliário e material	144	(138)	6	1	-	(2)	145	(140)	5
Máquinas e ferramentas	38	(37)	1	-	-	(1)	38	(38)	-
Equipamento informático	661	(604)	57	15	-	(38)	676	(641)	35
Instalações interiores	347	(328)	19	-	-	(3)	347	(331)	16
Material de transporte	10	(9)	1	19	(5)	(4)	24	(9)	15
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	-	-	11	(11)	-
Outro equipamento	13	(5)	8	-	-	(1)	13	(6)	7
	1.223	(1.132)	91	35	(5)	(49)	1.254	(1.176)	78
Outros activos fixos tangíveis									
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	-	-	126	(126)	-
Total Activos tangíveis	1.521	(1.428)	93	35	(5)	(49)	1.552	(1.472)	80

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012								
	31-12-2011			Aquisições	Abates	Amortizações do exercício	31-12-2012		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos tangíveis									
Imóveis									
Despesas em edifícios arrendados	172	(170)	2	-	-	-	172	(170)	2
	172	(170)	2	-	-	-	172	(170)	2
Equipamento									
Mobiliário e material	142	(134)	8	3	-	(4)	144	(138)	6
Máquinas e ferramentas	37	(36)	1	1	-	1	38	(37)	1
Equipamento informático	612	(558)	54	49	-	(46)	661	(604)	57
Instalações interiores	347	(325)	22	-	-	(3)	347	(328)	19
Material de transporte	10	(8)	2	-	-	(1)	10	(9)	1
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	-	-	11	(11)	-
Outro equipamento	5	(4)	1	8	-	(1)	13	(5)	8
	1.163	(1.076)	87	61	-	(57)	1.223	(1.132)	91
Outros activos fixos tangíveis									
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	-	-	126	(126)	-
Total Activos tangíveis	1.461	(1.372)	89	61	-	(57)	1.521	(1.428)	93

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2013							
	31-12-2012			Aquisições	Amortizações do exercício	31-12-2013		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos intangíveis								
Software	34	(33)	1	26	(4)	60	(37)	23
Total Activos intangíveis	34	(33)	1	26	(4)	60	(37)	23

	2012							
	31-12-2011			Aquisições	Amortizações do exercício	31-12-2012		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos intangíveis								
Software	34	(27)	7	-	(6)	34	(33)	1
Total Activos intangíveis	34	(27)	7	-	(6)	34	(33)	1

9. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Luísa *de*
AN

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

31 de Dezembro de 2013								
	Participação Efectiva	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de Balanço
				Positiva	Negativa	Total		
Empreendimentos conjuntos								
BPN Serviços ACE	5%	5	-	-	-	-	-	5
		5	-	-	-	-	-	5

31 de Dezembro de 2012								
	Participação Efectiva	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de Balanço
				Positiva	Negativa	Total		
Empreendimentos conjuntos								
BPN Serviços ACE	5%	5	-	-	-	-	-	5
		5	-	-	-	-	-	5

Esta rubrica corresponde integralmente ao custo de aquisição da participação de 5% no capital social do BPN Serviços – Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, ACE (BPN ACE) no montante de 5 mEuros.

Esta participação encontra-se registada ao custo de aquisição, uma vez que apesar de no âmbito da aquisição da Sociedade pela Patris Investimentos, SGPS, S.A., a Fincor ter notificado formalmente o Grupo BPN da saída do BPN ACE em Dezembro de 2009, está em curso o acerto de valores entre a Sociedade e o Grupo BPN relativos a este processo.

10. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	33	25
	<u>33</u>	<u>25</u>
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de imposto do exercício	(247)	(43)
	<u>(247)</u>	<u>(43)</u>
Activos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	-	8
Relativos a Prejuízos Fiscais	-	54
	<u>-</u>	<u>62</u>

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	Saldo em 31-12-2011	Varição em Resultados	Saldo em 31-12-2012	Varição em Resultados	Saldo em 31-12-2013
Relativos a prejuízos fiscais reportáveis	65	(11)	54	(54)	-
Relativos a diferenças temporárias	111	(103)	8	(8)	-
	<u>176</u>	<u>(114)</u>	<u>62</u>	<u>(62)</u>	<u>-</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto no exercício de 2013 pode ser demonstrada como se segue:

	<u>2013</u>
Resultado Antes de Impostos	767
Taxa Nominal de Imposto	26,5%
	<u>203</u>
Diferenças Permanentes (i)	63
Ajustamentos à Colecta	<u>43</u>
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	<u>309</u>
Taxa Efectiva de Imposto	40%
Imposto Corrente	247
Imposto Diferido do Exercício	<u>62</u>
	<u>309</u>

11. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Operações de bolsa por regularizar	29.411	16.553
Valores vencidos	775	791
Devedores diversos	164	388
Despesas com custo diferido	106	50
Receitas com rendimento a receber	16	5
	<u>30.472</u>	<u>17.787</u>
Provisões para valores vencidos (Nota 12)	<u>(775)</u>	<u>(791)</u>
	<u>(775)</u>	<u>(791)</u>
	<u>29.697</u>	<u>16.996</u>

Isolva

gc
Al

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os valores vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	2013	2012
Mais de um ano e menos de três anos	-	734
Mais de três anos	775	57
	<u>775</u>	<u>791</u>

12. PROVISÕES

O movimento nas provisões durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	31-12-2012	Dotações	Anulações e Reposições	Utilizações	Transferências NCA's	Diferenças cambiais	31-12-2013
Provisões para devedores							
Valores vencidos	791	-	(8)	(7)	-	-	775
	<u>791</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>775</u>
Outras Provisões							
Para processos judiciais	30	-	-	(30)	-	-	-
	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>821</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>(37)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>775</u>

O valor da provisão para créditos de cobrança duvidosa respeita, essencialmente, à Nota de Débito emitida pela Fincor ao BPN Serviço ACE e que corresponde ao valor das remunerações pagas pela Sociedade aos seus colaboradores que se encontravam cedidos ao BPN Serviços ACE. Dado que o montante em causa ainda não foi liquidado a Sociedade constituiu em 2011 uma provisão para o montante vencido, de acordo com a carta de aprovação do Banco de Portugal datada de 9 de Junho de 2011. Em 2011 foi realizada a compensação de parte desta nota de débito com o montante de 373 mEuros, contabilizado como credores diversos, no exercício findo em 31 Dezembro de 2010, relativos à facturação emitida pelo BPN Serviços ACE.

As provisões para processos judiciais, constituídas em 2011, dizem respeito a dois processos de contra-ordenação interpostos pela CMVM.

Em 2012, a CMVM notificou a Sociedade para que proceda-se ao depósito de relativo à coima aplicada, no âmbito de um dos processos de contra-ordenação instaurado, no valor total de 10 mEuros.

A Sociedade foi também notificada sobre o deferimento do pagamento de outra coima em 12 prestações mensais sucessivas de 3 mEuros. Em 2013, a Fincor procedeu ao pagamento das prestações em falta no valor total de 30 mEuros.

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Liliana

AD

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2013	31-12-2012
Operações de bolsa a regularizar	29.450	16.740
Outros encargos a pagar	590	1.043
Credores diversos	4.897	1.021
	<u>34.937</u>	<u>18.804</u>

14. CAPITAL E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL:

Em 31 de Dezembro de 2013 o capital da Fincor ascendia a 1.724 mEuros, sendo detido integralmente pelo seguinte accionista:

	% de Participação	Montante
Real Vida Seguros, S.A.	100%	1.724

Em Junho de 2011, foi deliberado em Assembleia Geral aumentar o capital da Sociedade mediante a conversão de prestações acessórias de capital realizadas pela accionista única, no montante de 424 mEuros.

15. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO:

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Reservas de reavaliação	1	1
Outras reservas e resultados transitados	(1.246)	(1.494)
Resultado líquido do exercício	458	247
	<u>(788)</u>	<u>(1.246)</u>

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação constituídas são resultado da valorização da carteira de títulos ao justo valor efectuada no âmbito da aplicação das NCA's.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

16. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósitos e Guarda de valores		
KAS BANK	20.568	4.499
Inversis	5.028	-
Banco BIC Português	42	703
	<u>25.638</u>	<u>5.201</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Depósito de guarda de valores” diz respeito aos títulos de clientes para os quais a Fincor, para além das funções de intermediação financeira, assegura a custódia de valores.

17. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Juros de credores e outros recursos	5	3
	<u>5</u>	<u>3</u>

18. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por operações realizadas por conta de terceiros sobre títulos	6.468	4.499
Outras comissões recebidas	5	26
Por serviços prestados	340	394
	<u>6.813</u>	<u>4.920</u>
<u>Encargos de serviços e comissões</u>		
Por operações realizadas por terceiros	3.498	2.427
	<u>3.498</u>	<u>2.427</u>

As lojas da Fincor actuam como receptoras de ordens para a Sociedade.

Os principais aspectos a destacar na relação entre as lojas Fincor e a Sociedade são os seguintes:

- A Sociedade assegura entre, outros aspectos, os serviços de apoio à negociação, nomeadamente a execução de ordens, linhas de comunicação e de rede; e
- As lojas Fincor pagam comissões de corretagem de acordo com a natureza das ordens transmitidas. Ao abrigo dos contratos celebrados existe exclusividade contratual de canalização de ordens com a Fincor.

19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Outros rendimentos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	46	22
	<u>46</u>	<u>22</u>
Outros encargos de exploração		
Outros encargos e gastos operacionais	(106)	(21)
	<u>(106)</u>	<u>(21)</u>
Outros Resultados de exploração	<u>(60)</u>	<u>1</u>

Em 2013 a rubrica de "Outros encargos e gastos operacionais" é essencialmente constituída por gastos com impostos directos (9 mEuros) e gastos resultantes da execusão de operações (46 mEuros).

20. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Salários e vencimentos		
Orgão de direcção e fiscalização	47	272
Empregados	458	302
	<u>505</u>	<u>575</u>
Encargos sociais obrigatórios	113	74
Outros custos com pessoal	218	53
	<u>331</u>	<u>128</u>
	<u>836</u>	<u>702</u>

O efectivo médio anual de empregados ao serviço da Sociedade durante o ano de 2013 e do ano de 2012, distribuídos pelas grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2013	31-12-2012
Funções de direcção	1	1
Funções técnicas e específicas	11	10
Funções administrativas	2	3
	<u>14</u>	<u>14</u>

21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Deslocações, estadas e representação	470	382
Comunicações	335	222
Rendas e alugueres	140	121
Honorários e avenças	97	44
Conservação	52	92
Fornecimentos	49	22
Publicidade e edição de publicações	33	16
Multas e penalidades	30	21
Seguros	1	1
Outros serviços de terceiros		
Serviços especializados	182	324
Informática	216	25
Encargos com formação	-	2
Limpeza	3	1
Outros	17	70
	<u>1.625</u>	<u>1344</u>

Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas Oliveira Reis e Associados, SROC Lda., em funções no exercício findo a 31 de Dezembro de 2013 ascendem a 23,5 mEuros, dos quais:

- Revisão legal das contas: 10,3 mEuros
- Outros serviços de serviços de garantia de fiabilidade: 13,2 mEuros

22. IMPOSTOS:

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Imposto sobre os lucros		
Correntes (Nota 10)	247	43
Diferidos (Nota 10)	62	115
	<u>309</u>	<u>158</u>

23. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2013, o Conselho de Administração era composto pelos seguintes elementos:

- Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho – Presidente
- Carla Andreia Duarte Silva – Vogal
- Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho – Vogal

Em 31 de Dezembro de 2013, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
BPN Serviços, ACE (Nota 10)	5	5
Outros Passivos		
Patris Investimentos, SGPS, S.A.	(38)	-
Imopatris - Fundo Especial de Investimento	2	2

A 31 de Dezembro de 2013, o saldo com a Patris Investimentos, SGPS, S.A., é referente à cedência de pessoal no decorrer do exercício de 2013.

A 31 de Dezembro, o grupo económico no qual a Fincor está integrada era composto pelas seguintes entidades:

- Patris Investimentos, SGPS, S.A.
- Aero Topográfica, Lda.
- Companhia das Aguas Mediciniais da Felgueira, S.A.
- Nova Companhia do Grande Hotel das Caldas da Felgueira, S.A.
- Patris Serviços Financeiros, Lda.
- Geovita – Energia da Terra, Lda.
- Patris Capital Partners – FCR
- SPATER – SPA'S e Termas de Portugal, S.A.
- Aero Topográfica II, S.A.
- IMOPATRIS – FEII

- CENTRO VENTURE – Sociedade de capital de risco, S.A.
- Patris Gestão de Activos – SGFIM, S.A.
- Patris Sociedade Mediadora de Seguros, Lda.
- CIMAFI – Consultadoria Internacional em Marketing e Finanças, Lda.
- REAL VIDA SEGUROS, S.A..

24. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	Valorizadas ao justo valor	Não valorizadas ao justo valor	Total
Activo			
Activos Financeiros disponíveis para venda	21	-	21
Investimentos em filiais, associadas e empresas do grupo	-	5	5

Em 31 de Dezembro de 2012, o justo valor de activos financeiros valorizados ao justo valor apresentava o seguinte detalhe:

	Valorizadas ao justo valor	Não valorizadas ao justo valor	Total
Activo			
Activos Financeiros disponíveis para venda	21	-	21
Investimentos em filiais, associadas e empresas do grupo	-	5	5

26. GESTÃO DE RISCOS:

A função de Gestão de riscos não é desempenhada de forma independente, uma vez que dada a sua dimensão e número de colaboradores, é aplicável à Fincor, o previsto nº 5 do artigo nº16 do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal. Apresentamos uma breve descrição dos controlos existentes para garantir a eficácia do sistema de gestão de riscos.

26.1 Risco de Crédito

Na Fincor o risco de crédito é reduzido, atendendo a que a legislação específica para este tipo de sociedades, não permite a concessão de crédito. No entanto também existe risco de crédito para todos os saldos devedores, nomeadamente os saldos de disponibilidades existentes em instituições de crédito. A Sociedade definiu como estratégia para mitigar esses riscos, escolher sempre instituições com credibilidade, e um controlo rigoroso que a Área de Back Office faz das reconciliações bancárias. São também efectuadas análises a todos os outros saldos devedores e respectiva evolução pela Área de Contabilidade para neutralizar qualquer eventual risco.

26.2 Risco de Mercado

O risco de mercado da Sociedade, derivado da evolução dos mercados de capitais, só tem reflexos na cobrança das comissões de corretagem, já que a Sociedade apenas detém em carteira Obrigações do Tesouro, a que é obrigada, no estrito cumprimento do Sistema de Indemnização aos Investidores, situação em que o risco é no entanto mínimo. Mesmo a evolução dos mercados pode ter impactos imprevisíveis na cobrança das comissões, já que mesmo em situações em que o risco de mercado para os investidores seja elevado, poderão existir impactos positivos em termos de volume de corretagens.

26.3. Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro, face à actividade desenvolvida pela Sociedade, não é materialmente relevante já que tem impacto apenas em algumas aplicações financeiras da Sociedade (Obrigações do Tesouro existentes devido ao Sistema de Indemnização aos Investidores).

26.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Sociedade é controlado quer através de análise diária da tesouraria, quer através das reconciliações bancárias, as quais são efectuadas diariamente, garantindo que não surgem quaisquer problemas. Atendendo ao objecto social da Sociedade e as imposições legais em matéria de requisitos mínimos de fundos próprios, não existem situações de falta de liquidez.

26.5 Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é relativamente reduzido. Existem contas de disponibilidades expressas em várias moedas para cobrança de comissões nos mercados desses países, as quais são devidamente reconciliadas. Os seus montantes são convertidos com regularidade para euros para evitar o risco de taxa de câmbio. Os pagamentos de taxas de bolsa nos mercados referidos são também efectuados através das mesmas contas. Os montantes expressos nessas moedas são por isso sempre reduzidos, para mitigar o risco taxa de câmbio.

Luis Silva

Carl Anker Murt h



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de *FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de balanço de 36.120 milhares euros e um total de capital próprio de 936 milhares euros, incluindo um resultado líquido de 458 milhares euros), as Demonstrações dos resultados do exercício, das alterações do capital próprio, dos fluxos de caixa e do rendimento integral do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da *Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, as quais exigem que o mesmo seja realizado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

SEDE | HEAD OFFICE
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LERIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

 1/3
Delegação Norte | North Branch
Via Eng. Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de *FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.*, em 31 de dezembro de 2013 e o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante no relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto do BPN / Banco BIC ter procedido, em setembro de 2012, ao cancelamento do acordo de *Clearing* (Clearing Agreement Between a General Clearing Member and a Trading Member) firmado com a Empresa, com efeito a 26 de novembro de 2012, não permitindo que até ao final desse ano fosse efetuado o ajustamento da arquitetura dos sistemas de informação e do conjunto de controlos implementado pela Fincor à nova realidade. Durante o ano de 2013, a Fincor reconfigurou progressivamente as ligações entre o sistema operacional e o banco depositário e entre o sistema operacional e o sistema contabilístico, as quais se têm vindo a aproximar da especificação desejada, existindo um projeto em curso no sentido de otimizar a arquitetura dos sistemas de informação. Neste sentido, têm vindo a ser parametrizadas as especificações previstas no sistema operacional com base nos requisitos do novo banco depositário, bem como os critérios que permitam a otimização dos procedimentos de conciliação bancária, mantendo-se, no entanto, um número elevado de operações em aberto nas referidas conciliações e também conferências em curso em saldos de clientes, as quais têm vindo a ser objeto de análise por parte da Fincor.

Lisboa, 29 de maio de 2014

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar-vos o Relatório da nossa atividade e o nosso Parecer sobre os documentos de prestação de contas de *FINCOR SOCIEDADE CORRETORA, S.A.*, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Do exercício não tomámos conhecimento de irregularidades ou inexatidões que devamos levar ao vosso conhecimento.

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas desenvolvemos os procedimentos que considerámos adequados e emitimos Relatório anual, bem como **Certificação Legal das Contas**, a qual deve ser entendida como complemento deste Relatório.

Tendo-nos sido presentes os documentos de prestação de contas, considerando as nossas conclusões constantes da referida "Certificação Legal das Contas", que envolvem, na medida aí referida, a nossa apreciação dos princípios, políticas e critérios adotados e da conformidade do sistema contabilístico com os preceitos legais e exprimem a nossa opinião de que esses documentos apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e os resultados das suas operações no exercício e atendendo a que o Relatório de Gestão contém a proposta de aplicação de resultados,

somos de parecer que:

- merecem aprovação o Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras;
- merece aprovação a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 29 de maio de 2014

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266